



**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM POLÍTICAS PÚBLICAS MESTRADO PROFISSIONAL**

**POLICY BRIEF**

## **RACISMO ALIMENTAR: DESAFIOS E IMPLICAÇÕES NO AMBIENTE ESCOLAR**

Eliane de Andrade Dias, Lilian Denise Mai, Marivânia Conceição Araújo

16/03/2025

### **A EDUCAÇÃO NO BRASIL**

O histórico das políticas educacionais no país reflete à luta por direitos civis e à busca por uma educação de qualidade para todos os cidadãos. É um movimento constante para integrar e atender à diversidade de realidades regionais, sociais e econômicas, sempre considerando as necessidades nutricionais dos estudantes (Silva, 2020).

A trajetória da educação no Brasil tem suas origens no período colonial, quando o sistema educacional era voltado quase exclusivamente para a formação das elites. Com o tempo, a educação pública foi sendo ampliada, especialmente a partir da Proclamação da República (1889) e da Constituição de 1934, que passou a reconhecer a educação como um direito universal. No entanto, foi com a Constituição de 1988 e a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1996 que se consolidou um modelo educacional mais inclusivo, que buscava promover uma educação básica para todas as crianças, independentemente de sua origem social e regional (Theodoro, 2022; Bruxel, et al., 2024).

O Brasil é um país marcado por uma grande diversidade cultural, étnica e social, o que reflete diretamente nas políticas educacionais. A inclusão de estudantes com necessidades especiais, a promoção da equidade de gênero, a valorização das culturas indígenas e afro-brasileiras, e a adaptação de currículos para atender a diferentes contextos locais foram passos fundamentais na construção das políticas educacionais brasileiras (Theodoro, 2022; Gomes et al., 2021).

Contudo, a concretização de uma educação verdadeiramente inclusiva esbarra em vários desafios, especialmente a disparidade de recursos entre as regiões do país. A partir da década de 1990, o governo brasileiro passou a adotar políticas de ação afirmativa, como a inclusão de conteúdos sobre história e cultura afro-brasileira nos currículos escolares e a implementação de cotas para negros, indígenas e estudantes de escolas públicas em universidades (Lei nº 10.639/2003).

Além disso, programas como o Bolsa Família e o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) também se inserem nesse contexto de políticas públicas voltadas para a equidade e o enfrentamento das desigualdades sociais. Tais iniciativas buscam melhorar as condições de vida de crianças e adolescentes em situação de vulnerabilidade social, proporcionando uma alimentação adequada e incentivo a permanência na escola (Brasil, 2023; Brasil, 2024a).



## **BOLSA FAMÍLIA**

O Programa Bolsa Família é uma iniciativa do governo brasileiro que visa à redução da pobreza e à inclusão social por meio de transferências de renda para famílias em situação de vulnerabilidade social. Criado em 2003, o programa oferece auxílio financeiro, condicionado ao cumprimento de algumas contrapartidas, como a garantia de que as crianças estejam frequentando a escola e recebendo atendimento de saúde (Brasil, 2023).

O impacto do Bolsa Família na permanência dos alunos nas escolas é direto e significativo. A ajuda financeira proporciona um alívio nas condições econômicas das famílias, permitindo que elas priorizem a educação de seus filhos (Santos et al., 2019).

O programa contribui para a diminuição da evasão escolar, uma vez que as famílias que recebem o benefício têm um incentivo para garantir que as crianças permaneçam na escola, visando a manutenção do auxílio. Além da matrícula, é exigido que os alunos tenham uma frequência mínima nas aulas, o que ajuda a aumentar a assiduidade e, conseqüentemente, o desempenho escolar (Martins e Ruckert, 2022).

Ao garantir a permanência dos alunos nas escolas, o Bolsa Família contribui para uma educação mais inclusiva e de qualidade, ajudando a romper o ciclo da pobreza ao proporcionar oportunidades educacionais. O programa não apenas beneficia as famílias com assistência financeira, mas também desempenha um papel crucial na promoção da educação, contribuindo para que mais crianças permaneçam na escola e tenham melhores perspectivas futuras (Martins e Ruckert, 2019).

## **PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO ESCOLAR - PNAE**

O Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE), criado em 1955, foi um avanço importante nesse cenário, oferecendo alimentação escolar para milhões de crianças e jovens de escolas públicas. Sua implementação garantiu que a alimentação escolar passasse a ser uma ferramenta não só para promover a nutrição, mas também para contribuir para o aumento da permanência e do rendimento escolar dos alunos. Esse programa, ao longo dos anos, tem se aprimorado, incorporando práticas mais saudáveis, como o incentivo ao consumo de alimentos frescos, orgânicos e regionais (Segundo et al., 2021).

Embora o Brasil tenha avançado nas políticas educacionais voltadas para a diversidade e a saúde nutricional, os desafios ainda são grandes. As desigualdades regionais e socioeconômicas persistem. Apesar do esforço do PNAE em proibir ou limitar a oferta de alimentos e bebidas ultraprocessados no ambiente escolar, produtos ricos em açúcar, sal e gorduras fazem parte do cotidiano dos alunos fora das escolas (FIOCRUZ, 2024).



As inadequações nutricionais entre os estudantes brasileiros sempre foram um desafio relevante para a política educacional. A desnutrição, especialmente em crianças e adolescentes de famílias em situação de pobreza, tem impacto direto no desenvolvimento físico e cognitivo, afetando negativamente o aprendizado. A alimentação inadequada pode levar a deficiências de vitaminas e minerais, comprometendo a atenção, a memória e a disposição dos alunos (Silva, 2020).

A Pesquisa Nacional da Saúde do Escolar (PeNSE) é um estudo realizado de forma periódica desde 2009, com edições também em 2012, 2015 e 2019, e uma nova edição foi realizada em 2024. Esta iniciativa é parte das ações do Ministério da Saúde, em colaboração com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Ministério da Educação (MEC). A PeNSE desempenha um papel crucial na análise da saúde e do bem-estar dos jovens em todo o território brasileiro (Brasil, 2024b).

Segundo dados da PeNSE, uma parcela significativa, 25,1% dos estudantes brasileiros apresentavam excesso de peso, refletindo uma dieta rica em alimentos com alto teor de açúcar e gordura, e baixo valor nutricional (IBGE, 2016). Evidenciando o processo de transição nutricional, ou seja, há um declínio da desnutrição e um aumento significativo do sobrepeso e da obesidade (Segundo et al., 2021).

## **RACISMO ALIMENTAR**

O racismo alimentar é um conceito que descreve as desigualdades no acesso à alimentação saudável e adequada, uma forma de discriminação que se manifesta na ausência de disponibilidade, acessibilidade e qualidade dos alimentos, afetando populações historicamente marginalizadas. Ele ocorre quando políticas públicas, estruturas socioeconômicas e práticas institucionais resultam em um sistema alimentar desigual, em que determinados grupos enfrentam maior dificuldade para obter alimentos nutritivos e de qualidade (Cabral et al., 2024).

A falta de feiras e supermercados com alimentos frescos em áreas predominantemente negras são conhecidos como desertos alimentares, agravando as desigualdades sociais e nutricionais (FIOCRUZ, 2024).

O acesso limitado a alimentos saudáveis é uma clara manifestação da segregação social presente em nossa sociedade. Nos últimos anos, o aumento nos preços dos alimentos tem pressionado o orçamento das famílias brasileiras, especialmente aquelas de baixa renda. Desde o início da pandemia da Covid-19, em 2020, os preços dos alimentos acumulam uma alta de pouco mais de 55%, agravando ainda mais a insegurança alimentar. Estudos (FVG/lbre) indicam que, para famílias que ganham entre 1 e 1,5 salário mínimo, os gastos com alimentação representam atualmente 22,6% de sua renda, um aumento em relação aos 18,4% observados em 2018 (CNN Brasil, 2025).



Essa pressão financeira tem levado ao abandono de dietas tradicionais e ao aumento do consumo de alimentos ultraprocessados, que são mais acessíveis economicamente, mas possuem baixo valor nutricional. Um estudo do UNICEF revelou que crianças de zero a seis anos, pertencentes a famílias beneficiadas pelo programa Bolsa Família, estão em risco de desenvolvimento devido ao alto consumo desses alimentos e à insegurança alimentar (UNICEF, 2021).

Além disso, a Organização Pan-Americana da Saúde destacou que alimentos ultraprocessados, bebidas açucaradas e fast-foods de baixa qualidade nutricional estão substituindo refeições caseiras mais nutritivas nas dietas das famílias da América Latina e Caribe, resultando em efeitos alarmantes na saúde e exigindo intervenções governamentais para reverter essa tendência (OPAS, 2019).

O acesso restrito a alimentos saudáveis é uma evidente expressão da segregação social que marca nossa sociedade. Esse cenário coloca essa população em diferentes níveis de insegurança alimentar e nutricional, frequentemente forçando-a a consumir alimentos de baixo valor nutritivo. Como consequência, a saúde dessas comunidades é impactada ao longo de todo o ciclo de vida, contribuindo, a médio e longo prazo, para a desvalorização e o abandono de sua cultura alimentar (Santos et al., 2023).

O acesso a uma alimentação saudável permanece um privilégio de uma parcela reduzida da população, e grupos como negros e indígenas estão ainda mais expostos a essa desigualdade. Essa realidade evidencia como o racismo estrutural, profundamente enraizado na sociedade, desempenha um papel determinante na limitação do acesso a alimentos adequados e nutritivos, perpetuando desigualdades e comprometendo a qualidade de vida dessas comunidades (FIOCRUZ, 2024; Almeida, 2019).

Além disso, o conceito de racismo alimentar refere-se à ideia de que a alimentação pode ser um instrumento para perpetuar desigualdades sociais, além de estigmatizar, excluir e até dizimar grupos de pessoas (Cabral et al., 2024; FIOCRUZ, 2024; Santos et al., 2023; Theodoro, 2022).

Esses dados evidenciam a necessidade urgente de políticas públicas que garantam o acesso a alimentos saudáveis e promovam a segurança alimentar e nutricional, especialmente entre as populações mais vulneráveis.



Os países em desenvolvimento também enfrentam esse tipo de discriminação alimentar. Um relatório divulgado em 2024 pela Public Eye revelou que grandes indústrias enviam ao Brasil e a outras nações da América do Sul, África e Ásia produtos com qualidade nutricional inferior à daqueles comercializados nos Estados Unidos, Europa e outras regiões mais ricas. Sendo assim, alimentar-se de maneira saudável não é apenas uma questão de escolha pessoal, mas está relacionada à classe social e ao local onde o indivíduo está. Essa situação perpetua desigualdades e provoca dores e transtornos físicos e emocionais. É imprescindível encarar a alimentação como um elemento essencial das nossas interações sociais e assegurar que todos tenham acesso à segurança alimentar e nutricional.(Gaberell et al., 2024).

Corroborando com o exposto, o perfil das pessoas que enfrentam insegurança alimentar grave no Brasil é composto principalmente por famílias chefiadas por mulheres, indivíduos pretos ou pardos, aqueles com baixa escolaridade, desempregados e com uma renda per capita inferior a um quarto do salário mínimo (Silva, et al., 2022; Santos et al., 2023; Cabral et al., 2024; FIOCRUZ, 2024; Clemente et al., 2025)

Conforme o 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar, publicado em junho de 2022, uma em cada cinco famílias lideradas por pessoas que se identificam como pardas ou pretas no Brasil enfrenta a fome (17% e 20,6%, respectivamente), o que representa o dobro da taxa observada entre as famílias chefiadas por pessoas brancas (10,6%) (Rede PENSAM, 2022).

O racismo alimentar se torna ainda mais alarmante quando consideramos a questão de gênero: 22% dos lares liderados por mulheres que se identificam como pardas ou pretas enfrentam a fome, uma taxa quase duas vezes maior do que a verificada em famílias chefiadas por mulheres brancas, que é de 13,5% (FIOCRUZ, 2024).

A escassez de alimentos e a fome são mais acentuadas nas famílias dirigidas por pessoas negras. É imprescindível que reconheçamos urgentemente a intersecção entre racismo e sexismo na estrutura da sociedade brasileira, além de implementar e aprimorar as políticas públicas para que elas promovam a equidade e assegurem acesso amplo, irrestrito e igualitário à alimentação (Clemente, et al., 2025; Collins e Bilge, 2021).



## **PNAE NO COMBATE AO RACISMO ALIMENTAR**

O PNAE desempenha um papel crucial na promoção da segurança alimentar e nutricional entre os estudantes brasileiros, especialmente em um contexto onde o racismo alimentar se manifesta na exclusão de grupos historicamente marginalizados do acesso a uma alimentação adequada e de qualidade. A implementação do diagnóstico nutricional precoce nas escolas se torna uma ferramenta fundamental para identificar e combater as inadequações nutricionais que afetam principalmente as populações vulneráveis, permitindo um olhar mais atento às especificidades culturais e alimentares dessas comunidades (Silva, 2020; Segundo et al., 2021; Oliveira et al., 2024).

Além disso, a participação ativa das famílias e das comunidades escolares no processo de planejamento e execução das ações do PNAE é essencial para garantir que as políticas alimentares sejam mais eficazes e sensíveis às necessidades locais. O envolvimento dessas partes cria um ambiente de colaboração e pertencimento, permitindo que as refeições oferecidas nas escolas respeitem as tradições alimentares regionais e culturais, ao mesmo tempo em que atendem às necessidades nutricionais. Essa abordagem colaborativa fortalece o vínculo entre a escola e a comunidade e, ao mesmo tempo, contribui para a construção de um sistema alimentar mais justo e acessível para todos (Brasil, 2024a).

Ao integrar as diretrizes do PNAE com ações que visem a equidade na alimentação, é possível não apenas garantir o Direito Humano à Alimentação Adequada (DHAA), mas também promover a valorização da diversidade alimentar e a construção de um ambiente escolar mais inclusivo e justo, contribuindo assim para a redução das disparidades nutricionais e do racismo alimentar no Brasil.



## PERSPECTIVAS FUTURAS

O histórico das políticas públicas de educação e nutrição no Brasil é marcado por avanços e entraves na promoção da inclusão, equidade e atendimento das diversas e reais necessidades dos estudantes. Essa trajetória revela avanços significativos na ampliação e melhoria das condições nutricionais nas escolas, mas também evidencia obstáculos persistentes, como as desigualdades regionais e a sustentabilidade das ações.

A alimentação escolar e o diagnóstico nutricional desempenham um papel fundamental nesse processo, ao garantir que os alunos tenham as condições físicas e cognitivas adequadas para o aprendizado. Apesar dos avanços econômicos e sociais em alguns setores da sociedade brasileira, a erradicação das desigualdades sociais e nutricionais ainda é um desafio, e o fortalecimento das políticas públicas de educação e saúde são essenciais para garantir uma educação de qualidade e inclusiva para todos os brasileiros.

O fortalecimento das políticas públicas de alimentação escolar, com a incorporação de práticas alimentares saudáveis e a formação contínua de educadores, gestores e alunos, será fundamental para que o país continue a avançar na promoção da saúde e da educação de seus cidadãos, especialmente nas camadas sociais mais vulneráveis.

## REFERÊNCIAS

ALMEIDA, S. Racismo Estrutural. 1ª Edição. São Paulo: Pólen, 2019.

BRASIL. Bolsa Família: a trajetória do programa que tirou o Brasil do mapa da fome. 20/10/2023. Disponível em: <https://agenciagov.etc.com.br/noticias/202310/bolsa-familia-a-trajetoria-do-programa-que-tirou-o-brasil-do-mapa-da-fome> Acesso em: 04/11/2024.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Obriga o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira nas escolas de ensino fundamental e médio. Brasília: Presidência da República, 2003.

BRASIL. Ministério da Educação. Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE). Disponível em: <https://www.gov.br/fnde/pt-br/acao-a-informacao/acoes-e-programas/programas/pnae> Acesso em: 04/11/2024a.

BRASIL. Ministério da Saúde. Pesquisa Nacional de Saúde Escolar (PENSE). Disponível em: <https://www.gov.br/saude/pt-br/composicao/svsa/inqueritos-de-saude/pense> Acesso em 02/11/2024b.

BRUXEL, C. M. L.; SANTOS, A. P. R e BORGHETTI, J. P. D. História da educação brasileira: desigualdade social e qualidade de ensino. Revista Educação Pública, Rio de Janeiro, v. 24, nº29, 13 de agosto de 2024.

CABRAL, M. P. G.; MOREIRA, D. J.; ALVES, E. D.; LIMA, R. C. e BOSI, M. L. M. Nutricídio e racismo alimentar na crise neoliberal e sociossanitária da pandemia de covid-19 no Brasil. Saúde Soc. São Paulo, v. 33, n. 2, e220740opt, 2024.

CLEMENTE, M. M. C.; MARTINS, G. F. R. e NETO, R. G. L. Analisando a insegurança alimentar através da interseccionalidade: explorando as nuances de cor e gênero na fome. Revista Aracê, São José dos Pinhais, v. 7, n. 2, p. 7691 – 7705, 2025.

CNN BRASIL, 24 de fevereiro de 2025. Disponível em: [https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/peso-da-alimentacao-aumenta-no-orcamento-das-familias-de-baixa-renda/?utm\\_source=chatgpt](https://www.cnnbrasil.com.br/economia/macroeconomia/peso-da-alimentacao-aumenta-no-orcamento-das-familias-de-baixa-renda/?utm_source=chatgpt) Acesso em 16/03/2025.

COLLINS, P. H.; BILGE, S. Interseccionalidade. 1ª Ed. São Paulo: Boitempo, 2021.

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz. Racismo alimentar: a cor da fome. 1º de setembro de 2024. Disponível em: [https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/racismo-alimentar/a-cor-da-fome/#:~:text=O%20racismo%20alimentar%20C%3%A9%20ainda,brancas%20\(13%2C5%25\)](https://radis.ensp.fiocruz.br/reportagem/racismo-alimentar/a-cor-da-fome/#:~:text=O%20racismo%20alimentar%20C%3%A9%20ainda,brancas%20(13%2C5%25).). Acesso em: 04/11/2024.



## REFERÊNCIAS

GABERELL, L.; ABEBE, M. e RUNDALL, P. Como a Nestlé está viciando crianças em açúcar em países de baixo rendimento. *Public Eye – Le Magazine*, abril, 2024.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. e BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educ. Soc., Campinas*, v. 42, e258226, 2021.

MARTINS, B. A. e RUCKERT, F. Q. O Programa Bolsa Família e a condicionalidade educacional: uma análise do desempenho escolar de estudantes em situação de pobreza. *Revista Brasileira de Educação*, v. 27, e270101, 2022.

MARTINS, B. A. e RUCKERT, F. Q. O Programa Bolsa Família e a educação: uma análise da produção científica brasileira fundamentada na base de dados SciELO (2003 – 2018). *Revista Brasileira de Educação*, v. 24, e240061, 2019.

OLIVEIRA, A. C. C. et al. Insegurança alimentar e nutricional em grupos vulneráveis: agricultores, familiares, indígenas, quilombolas, população em situação de rua, população ribeirinha, imigrantes e refugiados, LGBTQIA. 1. ed. Viçosa, MG: Universidade Federal de Viçosa, 2024.

OPAS – ORGANIZAÇÃO PAN-AMERICANA DA SAÚDE. Consumo de alimentos ultraprocessados aumenta entre famílias da América Latina e do Caribe. Brasil: 23 de outubro de 2019. Disponível em: [https://www.paho.org/pt/noticias/23-10-2019-consumo-alimentos-ultraprocessados-aumenta-entre-familias-da-america-latina-e?utm\\_source=chatgpt.com](https://www.paho.org/pt/noticias/23-10-2019-consumo-alimentos-ultraprocessados-aumenta-entre-familias-da-america-latina-e?utm_source=chatgpt.com) Acesso em: 16/03/2025.

REDE PENSAM – REDE BRASILEIRA DE PESQUISA EM SOBERANIA E SEGURANÇA ALIMENTAR E NUTRICIONAL. 2º Inquérito Nacional sobre Insegurança Alimentar no Contexto da Pandemia da Covid-19 no Brasil. 2022. Disponível em: <https://pesquisassan.net.br/2o-inquerito-nacional-sobre-inseguranca-alimentar-no-contexto-da-pandemia-da-covid-19-no-brasil/#:~:text=Em%202022%2C%2033%2C1%20milh%C3%B5es,pouco%20mais%20de%20um%20ano.> Acesso em: 02/11/2024.

SANTOS, A. B. A.; ARAUJO, A. D.; ALMEIDA, I. G. O.; VILASBOAS, G. S. e CARVALHO, V. C. H. S. Repercussões do Racismo na Alimentação e Nutrição da População Negra Brasileira. *Segur. Aliment. Nutr., Campinas*, v. 30, e023027, 2023.

SANTOS, M. C. S.; DELATORRE, L. R.; CECCATO, M. G. B. e BONOLO, P. F. Programa Bolsa Família e indicadores educacionais em crianças, adolescentes e escolas no Brasil: revisão sistemática. *Ciência & Saúde Coletiva*, v. 24, n. 6, p. 2233 -2247, 2019.

SEGUNDO, J. F. L.; SOUZA, M. L. A.; PONTES, A. A. D.; JERÔNIMO, H. M. A.; BARROS, J. C.; SANTOS, E. D.; BARROS, A. F. A inserção das atividades do nutricionista no âmbito do PNAE em escolares no município de Picuí-PB. *Research, Society and Development*, v. 10, n°3, e53710313630, 2021.

SILVA, C. R. Programa nacional de alimentação escolar: aplicabilidade das normas diante da atuação profissional no contexto de segurança alimentar e nutricional. Dissertação de mestrado do curso de pós-graduação em Nutrição e Saúde da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, p. 163, 2020.

SILVA, S. O.; SANTOS, S. M. C.; GAMA, C. M.; COUTINHO, G. R.; SANTOS, M. E. P. e SILVA, N. J. A cor e o sexo da fome: análise da insegurança alimentar sob o olhar da interseccionalidade. *Cad. Saúde Pública*, v. 38, n. 7, e00255621, 2022.

THEODORO, M. A sociedade desigual: Racismo e branquitude na formação do Brasil. Rio de Janeiro, Zahar, 2022.

UNICEF – FUNDO DAS NAÇÕES UNIDAS PARA A INFÂNCIA. Alimentação na primeira infância: Conhecimentos, atitudes e práticas de beneficiários do Programa Bolsa Família. Brasília: 2021.